



Processo Administrativo nº: 33.636/2023

Requerente: Governança Brasil S/A Tecnologia e Gestão

Assunto: Impugnação ao Edital

PROCESSO N° 33636
DIA 15/12/23
Folhas N° 20 Rubrica 9

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital oposto pela empresa Governança Brasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços em face dos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 28/2023, o qual versa sobre a contratação de sistema informatizado.

Após o trâmite natural do processo administrativo, com manifestações do Pregoeiro e da Subsecretaria de TI, os autos foram remetidos a este órgão de assessoramento jurídico para fins de análise de juridicidade.

As questões afetas as atribuições inerentes desta Procuradoria-Geral do Município dizem respeito a (i) suposta exigibilidade de serviços de licenciamento de programa de informática serem considerados na forma do art. 57, IV, da Lei 8.666/93, bem como contradição aparente entre o edital e seu Anexo I e a (i) suposta fixação de prazo exíguo para a implementação dos sistemas objeto da licitação.

É o relatório do estritamente necessário. Passa-se à devida análise.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 07/12/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/19, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 12/12/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos



anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/19, *ipsis litteris*:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Portanto, a presente manifestação se restringirá tão somente aos aspectos jurídicos impugnados, a seguir abordados.

a) Da suposta contradição quanto a caracterização da contratação e a obrigatoriedade de definição nos termos do art. 57, IV, da Lei 8.666/93.

A Impugnante alega que, “Com efeito, ora o edital aduz que o prazo de prorrogação do prazo contratual será de 60 meses, ora informa que será limitado a 48 meses, fatos que influencia diretamente na formulação das ofertas, as quais, evidentemente, se baseiam na possibilidade de extensão da vigência para montar sua logística e planos de trabalho e lucratividade.”.



Desta feita, observa-se que a dúvida ora gizada no bojo desta impugnação refere-se quanto a hipótese legal de renovação contratual, seja com base no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93 ou na forma do inciso II do mesmo dispositivo legal.

Veja-se o que aduz a legislação de regência quanto a tais dispositivos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

De se ressaltar que a definição do serviço como de natureza contínua ou como aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática é de inteira competência da Secretaria interessada, sendo certo que da análise dos autos, esta entendeu que a situação ora narrada se enquadra na hipótese constante no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, conforme se observa da manifestação de fls. 820 do PA 6.809/23 e fls. 15/18 do PA 33.636/23.

No entanto, a questão que ora se apresenta possui uma particularidade, qual seja a divergência de dispositivos no edital licitatório como um todo, em especial diante da previsão do item 3.2 do edital (fls. 836 do PA 6.809/23) e da alínea “a” do item 3 do termo de referência (fls. 884 do PA 6.809/23) que trazem previsões diversas quanto a fundamentação aplicável no caso de prorrogação do contrato administrativo.

Com efeito, sendo o termo de referência parte integrante do corpo documental de um edital licitatório a previsão constante nestes dois itens deveria ser idêntica, sob pena de



interferir na apresentação de propostas pelos interessados, que devem ter prévio conhecimento do prazo máximo que podem contratar com a administração pública.

Dito isso, com fulcro no princípio da vinculação ao edital, entendo que deve ser acolhida a impugnação neste específico ponto.

b) Do suposto prazo exíguo de implantação do sistema

Nas razões de sua impugnação o requerente aduz que o prazo estipulado para implantação do objeto licitado, qual seja 30 (trinta) dias, é curto e não usual.

Neste específico ponto, sendo tal questionamento oriundo unicamente de aspectos técnicos que fogem a expertise deste órgão de assessoramento jurídico, acolho as razões aduzidas pela Subsecretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações em manifestação pretérita e a torno como parte integrante desta manifestação.

III - CONCLUSÃO

Em face do exposto, tendo em vista a resposta apresentada pela COPPETEC, opina-se pela remessa dos autos à **Comissão de Pregão** para a adoção das providências necessárias.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É como opina a Procuradoria-Geral do Município.




**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

PROCESSO Nº 33636
DIA 15/12/23

Folhas Nº 21 Rubrica

Nova Friburgo, 15 de dezembro de 2023.


João Paulo Figueiró dos Santos
Procurador-Geral do Município
Matricula: 63.010.